

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA Nº 07/2024**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**18/03/2024 (SEGUNDA-FEIRA) - 17:30 HORAS**

- 1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 071/2023 - RODRIGO APARECIDO GUEDES** - Dispõe sobre a denominação do Centro de Formação de Guardas Cíveis Municipais da Secretaria de Segurança e Defesa Civil de "AUDITÓRIO GCM REGINALDO RAIMUNDO DA SILVA". Processo nº 16267.
- 2 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 115/2023 - ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA, DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI E SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE** - Institui o Dia do Maçom no Município de Rio Claro-SP. Processo nº 16319.
- 3 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 117/2023 - IRANDER AUGUSTO LOPES** - Determina multa administrativa a quem impedir, invadir, ocupar, perturbar culto ou qualquer outro tipo de atividade religiosa, no âmbito do Município de Rio Claro. Processo nº 16321.
- 4 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 124/2023 - DIEGO GARCIA GONZALEZ** - Institui no Calendário Municipal de Rio Claro, o Dia Municipal do Surdo e dá outras providências. Processo nº 16329.
- 5 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 125/2023 - DIEGO GARCIA GONZALEZ** - Institui no Município de Rio Claro, o Dia do Pedagogo e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 125/2023 - pela legalidade com ressalva. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Processo nº 16330.
- 6 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 175/2023 - ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA** - Altera o Parágrafo 2º, do Artigo 4º, da Lei nº 5.468/2021. Processo nº 16393.
- 7 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 180/2023 - DIEGO GARCIA GONZALEZ** - Dispõe sobre a implantação obrigatória de pisos táteis e placas em braille para deficientes visuais nos Shopping Centers e galerias estabelecidos no Município de Rio Claro e dá outras providências. Processo nº 16407.
- 8 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 108/2023-A - MOISÉS MENEZES MARQUES** - Dispõe sobre a proibição na participação de menores na realização de marchas, inclusive na Marcha da Maconha, eventos, reuniões, ou práticas análogas, que façam apologia à posse para consumo e uso pessoal, relativas a substâncias ilícitas e ilegítimas entorpecentes e/ou psicotrópicas que possam causar dependência, bem como dá outras providências. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Parecer Jurídico nº 108/2023-A - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça - pela legalidade. Processo nº 16312.

\*\*\*\*\*

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 071/2023

PROCESSO Nº 16267

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

(Dispõe sobre a denominação do Centro de Formação de Guardas Civas Municipais da Secretaria de Segurança e Defesa Civil de “AUDITÓRIO GCM REGINALDO RAIMUNDO DA SILVA”).

Artigo 1º - Fica denominado de “AUDITÓRIO GCM REGINALDO RAIMUNDO DA SILVA”, o Centro de Formação de Guardas Civas Municipais localizado na Rua 12 nº 26, esquina da Avenida 23, Bairro do Estádio, anexo à Secretaria de Segurança e Defesa Civil.

Artigo 2º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 18 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 11/03/2024 - 2/3.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 115/2023

PROCESSO Nº 16319

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

(Institui o Dia do Maçom no Município de Rio Claro-SP).

Artigo 1º - Fica instituído o Dia do Maçom no Município de Rio Claro, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de Agosto.

Artigo 2º - Será realizada uma Sessão Solene em homenagem aos Maçons do Município.

Parágrafo Único - Em caso de a data da homenagem cair em feridos e finais de semana, será adiada a homenagem para o próximo dia útil a confirmar por esta Casa de Leis.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 11/03/2024 - Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 117/2023

PROCESSO Nº 16321

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

**(Determina multa administrativa a quem impedir, invadir, ocupar, perturbar culto ou qualquer outro tipo de atividade religiosa, no âmbito do Município de Rio Claro).**

Artigo 1º - Será aplicada multa administrativa a quem impedir, invadir, ocupar, perturbar o local em que esteja acontecendo cerimônia, culto, ou qualquer outro tipo de atividade religiosa no âmbito do Município de Rio Claro.

Parágrafo Único - Para fins de aplicação da multa prevista no *caput* deste Artigo, entende-se como impedir, invadir, ocupar e perturbar culto ou qualquer tipo de atividade religiosa, aquele que permanecer contra a vontade expressa da autoridade religiosa, com finalidade de prejudicar a prática do culto religioso em questão ou a sua manifestação.

Artigo 2º - Em caso de descumprimento do previsto nesta Lei, o infrator estará sujeito a seguintes penalidades:

- I - 300 UFMRC's (Unidades Fiscais do Município de Rio Claro);
- II - 600 UFMRC's (Unidades Fiscais do Município de Rio Claro) em caso de reincidência.

Artigo 3º - As multas previstas no artigo anterior serão aplicadas em dobro, caso o infrator empregue violência, intimidação, danificação ou prejuízo da manifestação aos bens materiais ou imateriais religiosos.

Artigo 4º - A aplicação desta Lei não exclui a sanção penal, nem a reparação civil pelos danos provocados.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, indicando inclusive o órgão competente para aplicar as penalidades previstas nesta Lei, bem como a destinação de valores arrecadados com as multas efetuadas.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 16 votos favoráveis e 01 contrário em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 11/03/2024 - Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 124/2023

PROCESSO Nº 16329

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

(Institui no Calendário Municipal de Rio Claro, o Dia Municipal do Surdo e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica incluído no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Dia Municipal do Surdo, a ser comemorado anualmente no dia 26 de Setembro.

Artigo 2º - A data comemorativa ora instituída, passará a constar no Calendário Oficial do Município de Rio Claro.

Artigo 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, mediante a expedição de Decreto.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 11/03/2024 - Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 125/2023

PROCESSO Nº 16330

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

(Institui no Município de Rio Claro, o Dia do Pedagogo e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica incluído no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Dia do Pedagogo, a ser comemorado anualmente no dia 20 de Maio.

Artigo 2º - A data comemorativa ora instituída, passará a constar no Calendário Oficial do Município de Rio Claro.

Artigo 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, mediante a expedição de Decreto.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 11/03/2024 - Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 175/2023

PROCESSO Nº 16393

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

(Altera o Parágrafo 2º, do Artigo 4º, da Lei nº 5.468/2021).

Artigo 1º - Altera o Parágrafo 2º, do Artigo 4º, da Lei Municipal nº 5.468/2021, que passa a ter a seguinte redação:

**“§ 2º - Os valores arrecadados com as multas que trata este Artigo serão destinados de forma igualitária ao Fundo Municipal de Proteção Animal e ao Fundo Municipal de Segurança, respectivamente”.**

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 11/03/2024 - Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 180/2023

PROCESSO Nº 16407

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

**(Dispõe sobre a implantação obrigatória de pisos táteis e placas em braille para deficientes visuais nos Shopping Centers e galerias estabelecidos no Município de Rio Claro e dá outras providências).**

Artigo 1º - Ficam os Shopping Centers e galerias estabelecidos no Município de Rio Claro, obrigados a implantarem pisos táteis e placas em braille para deficientes visuais.

Artigo 2º - Os pisos táteis deverão ser implantados desde a entrada do estacionamento até o interior de todos os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço instalados dentro dos Shopping Centers e galerias, aí incluídos os sanitários masculinos e femininos.

Artigo 3º - As placas em braille para a orientação desses deficientes deverão ser instaladas nos estacionamentos, nas entradas de acesso as lojas, nos balcões de informação, nos sanitários e onde mais for necessário, a critério da administração dos Shopping Centers e galerias.

Artigo 4º - Os estabelecimentos de que trata esta Lei também deverão disponibilizar "anjos da guarda" para acompanhar estes deficientes visuais pelo shopping e galeria, caso for preciso, e pelos lugares onde não for possível a instalação de pisos táteis.

Parágrafo Único - Entende-se por "anjos da guarda" pessoas designadas pelos Shopping Centers e galerias para acompanhar esses deficientes visuais, quando necessário.

Artigo 5º - A emissão de novas licenças de funcionamento bem como a renovação das licenças já emitidas para os estabelecimentos de que trata esta Lei ficarão sujeitas ao atendimento das disposições nela dispostas.

Artigo 6º - Os estabelecimentos de que trata esta Lei deverão:

- I - Ser comunicadas de seu teor para conhecimento e cumprimento;
- II - Se adequar ao disposto no prazo máximo de 180 dias, contados de sua publicação.

Artigo 7º - Os estabelecimentos que descumprirem o disposto nesta Lei ficam sujeitos às seguintes penalidades e nesta sequência:

- I - Primeira infração: advertência para se adequar à Lei;
- II - Segunda infração: multa de 1.000 (Um mil) UFMRC (Unidade Fiscal do Município de Rio Claro);
- III - Terceira infração: cassação do alvará do estabelecimento, observado o devido processo legal.

Artigo 8º - Os recursos arrecadados com a aplicação das multas de que trata esta Lei serão destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social, para fomento de programas sociais.

Artigo 9º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Artigo 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 11/03/2024 - Maioria Simples.



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 108/2023-A

(Dispõe sobre a proibição na participação de menores na realização de marchas, inclusive na Marcha da Maconha, eventos, reuniões, ou práticas análogas, que façam apologia à posse para consumo e uso pessoal, relativas a substâncias ilícitas e ilegítimas entorpecentes e/ou psicotrópicas que possam causar dependência, bem como dá outras providências).

Artigo 1º - Fica proibida, no âmbito do Município de Rio Claro-SP, a participação de menores de idade na realização de marchas, inclusive Marcha da Maconha, feiras, reuniões e práticas análogas, que façam apologia à posse para consumo e uso pessoal, relativas a substâncias ilícitas ou ilegítimas psicotrópicas e/ou entorpecentes, que possam causar dependência de qualquer natureza.

Artigo 2º - Caso ocorra o não cumprimento da Lei, o evento será cancelado, impedido ou desfeito pelas autoridades competentes.

Artigo 3º - O responsável pela solicitação do evento caso não cumpra a presente Lei, receberá uma multa no valor de 3.000 UFMRC, ficando impedido de solicitar nova autorização sobre o mesmo tipo de evento.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 12 de março de 2024.



MOISÉS MENEZES MARQUES - PP  
Vereador

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **JUSTIFICATIVA**

Tenho a honra de encaminhar-lhes o presente Projeto de Lei, que tem como objetivo principal, no âmbito do Município de Rio Claro, proibir a participação de menores de idade na realização de marchas, eventos, feiras, reuniões, e práticas análogas, que visem realizar a apologia à posse para consumo e uso pessoal referentes a substâncias ilícitas e ilegítimas entorpecentes, que possam causar dependência, conforme decisão do STF em 15/06/2011, pagina 136 - ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 187 DISTRITO FEDERAL - <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5956195>

Considerando: O art. 243 do ECA tipifica como criminosa a conduta de quem vende, fornece, ministra ou entrega, de qualquer forma, à criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

Ademais, o Projeto de Lei, de forma multidisciplinar, se revela compatível, também, com as políticas e ações públicas de prevenção ao uso e vício de entorpecentes, e drogas afins, por parte de crianças e adolescentes.

Neste sentido, tem-se que a Constituição Federal expressamente prevê, no caput, do art. 227, como dever da família, da sociedade, e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente "com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Continuando, o inciso VII, §3º, do art. 227, da Constituição Federal dispõe que a proteção especial que se deve dar à criança, adolescente, jovem e idoso compreende programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins; expressando mais uma vez a importância e o cuidado que o Constituinte conferiu ao assunto drogas, buscando, é claro, combatê-las.

Assim, não se revela compatível com os princípios inerentes à proteção da Infância e da Adolescência, em especial com a proteção integral, absoluta prioridade, dignidade da pessoa humana, peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, extraíveis do dispositivo constitucional, qualquer conduta que incentive ou mesmo possibilite a participação desses grupos em marchas, eventos, feiras, reuniões, e práticas análogas, nas quais se propague apologias ao uso de substâncias entorpecentes.

Enquanto sujeitos de direito em peculiar situação de pessoa em desenvolvimento, tal grupo se revela mais suscetível a influências negativas, que podem afetar profundamente, inclusive, a plena concretização, por eles, de suas plenas potencialidades, haja vista os efeitos prejudiciais causados por substâncias entorpecentes ou psicotrópicas que possam ocasionar dependência.

Logo, o Projeto de Lei proposto também viabiliza, em sua concretização, a proteção do referido grupo, impedindo a realização de atos e adoção de condutas ofensivas a todo um sistema pautado pela máxima tutela das crianças e adolescentes, cujos atores sociais responsáveis por sua concretização correspondem não apenas ao Estado, mas também à família e à sociedade.

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

---

A apologia a referidas condutas pode se dar de diferentes formas, sendo certo que a realização de marchas, eventos, feiras, reuniões, e demais práticas análogas, orientadas a tais fins, amplia consideravelmente o número de pessoas passíveis de serem negativamente impactadas pela mensagem nelas veiculadas, potencializando não apenas o uso de substâncias ilícitas e ilegítimas.

Destaca-se, neste sentido, que a posse de substâncias psicotrópicas e/ou entorpecentes, ilícitas ou ilegítimas, capazes de causar dependência de qualquer ordem, seja ela física ou psíquica, para uso próprio, além de ensejar matéria atrelada à saúde pública, também caracteriza conduta criminosa, haja vista o disposto no art. 28, da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Além disso, a previsão, em Lei Municipal, de norma que impeça a prática dos referidos atos, enquanto propagadores de apologia a crimes, se coaduna com as atividades coordenadas no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, sobretudo em respeito aos incisos I e II, art. 3º, da Lei Federal nº 11.343, de 2006 (Lei de Drogas).

Em sentido semelhante, observa-se que o Projeto de Lei proposto pauta-se pela concretização dos princípios do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, reconhecendo a "intersectorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada (...)", conforme , inciso VI, art. 4º, da Lei de Drogas, pois, como já destacado acima, prevê normas que objetivam impedir a adoção de práticas aptas a potencializar a propagação de apologia à posse para consumo e uso pessoal.

Por todas as razões aqui expostas, entendo estar devidamente justificado o presente Projeto de Lei. Conto, portanto, com o apoio de Vossa Excelência e D. Pares no sentido de transformá-lo em Lei.

---

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE Lei Nº 108/2023

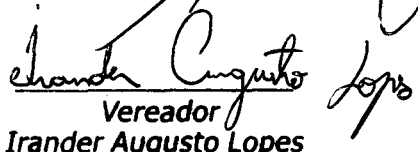
Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação  
do Projeto de Lei Nº 108/2023, de autoria do  
Vereador(es) Moisés Menezes Marques.


Rio Claro, 04 / 03 / 2024.

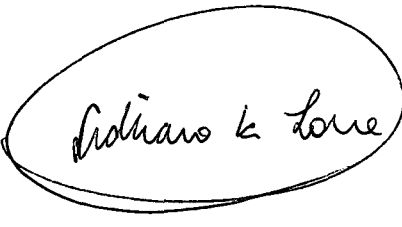
  
**ALESSANDRO ALMEIDA**  
Vereador

  
**SIVALDO FAÍSCA**  
Vereador União Brasil

  
**DIEGO GARCIA GONZALEZ**  
(Pr. Diego)  
Vereador PSD

  
Vereador  
**Irander Augusto Lopes**  
Líder do Republicanos

  
**SERGINHO CARNEVALE**  
Vice - Presidente  
UNIÃO BRASIL

  
**Sidônio L. Lore**

  
**Hernani Leonhardt**  
Vereador  
MDB

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PARECER JURÍDICO Nº 108/2023-A - REFERENTE AO PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 108/2023-A - PROCESSO Nº 16312-129-23.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei Substitutivo nº 108/2023-A, de autoria do nobre Vereador Moisés Menezes Marques, que dispõe sobre a proibição da participação de menores na realização de marchas, inclusive Marcha da Maconha, eventos, reuniões, ou práticas análogas, que façam apologia à posse para consumo e uso pessoal, relativas a substâncias ilícitas e ilegítimas entorpecentes e/ou psicotrópicas que possam causar dependência, bem como dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

27/10

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei ora analisado dispõe sobre a proibição da realização de marchas, inclusive Marcha da Maconha, eventos, reuniões, ou práticas análogas, que façam apologia à posse para consumo pessoal e uso pessoal, relativas a substâncias ilícitas e ilegítimas entorpecentes e/ou psicotrópicas que possam causar dependência no município de Rio Claro.

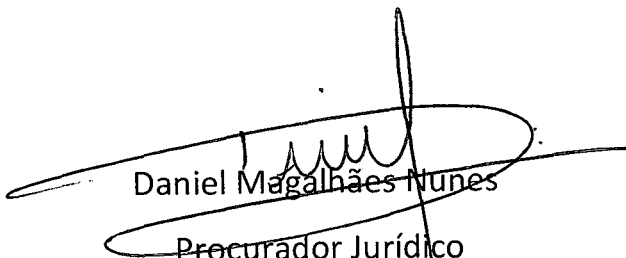
278


# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 14 de março de 2024.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 108/2023 - A

PROCESSO Nº 16312-129-23

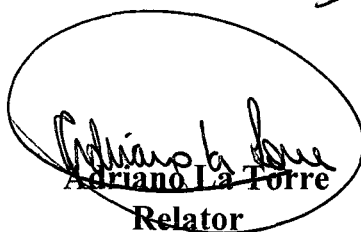
O presente Projeto de Lei Substitutivo de autoria do nobre Vereador **MOISÉS MENEZES MARQUES**, (Dispõe sobre a proibição na participação de menores na realização de marchas, inclusive na Marcha da Maconha, eventos, reuniões, ou práticas análogas, que façam apologia à posse para consumo e uso pessoal, relativas a substâncias ilícitas e ilegítimas entorpecentes e/ou psicotrópicas que possam causar dependência, bem como dá outras providências.)

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, entende que o Projeto de Lei Substitutivo nº 108/2023- A, está apto para ser apreciado pelo Plenário.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, damos pela **LEGALIDADE** o referido Projeto de Lei Substitutivo em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 14 de março de 2024.

  
Pr. Diego Garcia Gonzalez  
Presidente

  
Adriano La Torre  
Relator

Dermeval Nevoeiro Demarchi  
Membro